

## Parte 1

Capítulo 1 - O trabalho como fundamento do ser social e a educação como práxis social

Gisele Masson

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MASSON, G. O trabalho como fundamento do ser social e a educação como práxis social. In: SCHLESENER, AH., MASSON, G., and SUBTIL, MJD, orgs. *Marxismo(s) & educação* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 18-38. ISBN 978-85-7798-211-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# PARTE 1

# CAPÍTULO 1

## O TRABALHO COMO FUNDAMENTO DO SER SOCIAL E A EDUCAÇÃO COMO PRÁXIS SOCIAL

**Gisele Masson**

*Se o homem não tivesse criado a si mesmo, no trabalho, como ente genérico-social, se a liberdade não fosse fruto da sua atividade, do seu autocontrole sobre a sua própria constituição orgânica, não poderia haver nenhuma liberdade real.*

Lukács, 2013.

### **INTRODUÇÃO**

Neste capítulo pretendemos abordar as características essenciais do trabalho, no seu sentido ontológico, ou seja, como categoria fundante do ser social e problematizar a educação como práxis social, a qual se desenvolve numa relação de dependência ontológica com o trabalho e, ao mesmo tempo, de autonomia relativa.

Após o tratamento filosófico ontológico do trabalho, tomado na sua generalidade e essencialidade, abordaremos as características essenciais da educação como práxis social fundada no trabalho.

Metodologicamente, seguimos, a partir de Lukács, a exposição da estrutura originária do trabalho, como ponto de partida para as formas posteriores de práxis social, a fim de tornar visíveis as suas diferenças qualitativas.

### **O TRABALHO E A EDUCAÇÃO EM GERAL**

A análise do trabalho em geral é relevante para a compreensão dos aspectos que caracterizam a educação na sua essencialidade e para que

possamos apreendê-la na sua condição contraditória de dependência e autonomia relativa em relação ao trabalho.

Marx, antes de realizar uma análise do trabalho na sociedade capitalista, abordou-o como categoria teórica, abstraindo-o da sua análise especificamente histórica, a fim de captá-lo em suas características essenciais. Essa preocupação com a análise do trabalho, no seu sentido ontológico, já se fazia presente nas suas primeiras produções teóricas. Nos *Manuscritos econômico filosóficos*, de 1844, o autor destaca que

[...] primeiramente o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva* mesma aparece ao homem apenas como um *meio* para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendrador de vida. No modo (*Art*) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma species, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesma aparece só como *meio de vida* (MARX, 2010, p. 84, grifos do autor).

Na obra *A ideologia alemã*, escrita entre 1845 e 1846 e publicada na URSS somente em 1932, Marx e Engels destacam que a produção da vida material é condição fundamental de toda a história, por isso, o trabalho é ineliminável da vida dos homens, podendo ser apreendido em sua generalidade, independentemente de qualquer forma de organização social. Sobre isso, os autores afirmam:

No que diz respeito aos alemães, isentos de qualquer premissa, devemos começar constatando que a primeira premissa de toda a existência humana, e portanto também de toda a história, é a premissa de que os homens, para ‘fazer história’, se achem em condições de poder viver. Para viver, todavia, fazem falta antes de tudo comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a geração dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da vida material em si, e isso é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda história, que tanto hoje como há milênios, tem de ser

cumprida todos os dias e todas as horas, simplesmente para assegurar a vida dos homens (MARX; ENGELS, 2007, p. 50).

Mesmo numa fase mais amadurecida de suas análises, Marx continuou sublinhando a importância de não se perder de vista a compreensão do processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada. Nesse sentido, n' *O Capital*, obra concluída em 1866 e publicada em 1867, em Hamburgo-Alemanha, Marx explicita que:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se defronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. [...] Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. [...] No final do processo do trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, L. 1, cap. V, p. 255-256).

Nesse trecho, Marx destaca os aspectos essenciais que caracterizam o trabalho: a) relação entre homem e natureza; b) transformação da natureza objetiva e subjetiva; c) ação exercida exclusivamente pelo homem; d) atividade orientada para um fim; e) prévia-ideação do resultado. Todavia, o autor partiu dessa análise do trabalho em geral para chegar ao seu objetivo maior que era compreender como se dava a produção do capital na sua forma mais desenvolvida, ou seja, na sociedade capitalista. Por isso, o problema central de sua análise era desvelar como se estrutura, desenvolve-se e entra em crise a organização social burguesa. Sendo assim, o foco do estudo em relação ao trabalho foi na sua forma histórica capitalista.

Desse modo, recorreremos às contribuições de Lukács sobre o trabalho, pois esse autor se dedicou a aprofundar a análise do trabalho em geral, resgatando o sentido radicalmente crítico do pensamento de Marx. Daremos destaque para duas obras: *Para uma ontologia do ser social* (conhecida como a Grande Ontologia), concluída em 1968 e com a primeira edição, em húngaro, datada

de 1976, e *Prolegômenos* para uma ontologia do ser social (conhecida como a *Pequena Ontologia*), publicada postumamente<sup>1</sup>, em 1984, na Alemanha. A obra *Prolegômenos* foi o último trabalho filosófico de Lukács e, mesmo escrita após a *Ontologia*, pode ser considerada como uma introdução a ela.

Nos *Prolegômenos*, Lukács destaca que toda práxis social está assentada no modelo de transformação da natureza realizada pelo homem.

[...] o trabalho introduz no ser a unitária inter-relação, dualisticamente fundada, entre teleologia e causalidade; antes de seu surgimento havia na natureza apenas processos causais. Em termos realmente ontológicos, tais complexos duplos só existem no trabalho e em suas consequências sociais, na práxis social. O modelo do pôr teleológico modificador da realidade torna-se, assim, fundamento ontológico de toda práxis social, isto é, humana. Na natureza, em contrapartida, só existem conexões, processos etc. causais, nenhum de tipo teleológico (LUKÁCS, 2010, p. 44-45).

Nesse sentido, a ação teleologicamente orientada do homem, na sua práxis social, jamais perderá a sua relação com o trabalho, pois esse possibilitou a superação do ser meramente biológico, sem, contudo, eliminá-lo. De acordo com o autor, “[...] o ser humano, o qual em sua sociabilidade supera sua mera existência biológica, jamais pode deixar de ter uma base do ser biológica e se reproduz biologicamente, também jamais pode romper sua ligação com a esfera inorgânica” (LUKÁCS, 2010, p. 79-80).

A questão explicitada por Lukács indica que o ser social, ao superar a sua mera existência biológica, jamais poderá eliminá-la, assim como não poderá deixar de ser dependente da esfera inorgânica. Há, pois, um processo de superação por incorporação que evidencia que o trabalho é uma categoria histórica que continuará existindo em qualquer forma de organização social, no entanto, há que se destacar que tanto Marx quanto Lukács estão se referindo ao trabalho como categoria fundante do ser social e não em uma determinada forma histórica, como no feudalismo, ou no capitalismo, por exemplo.

---

1. Lukács morreu no dia 4 de junho de 1971, vítima de câncer, aos 86 anos.

Esse processo de superação por incorporação significa que é possível superar as diferentes formas de desenvolvimento do trabalho ao longo da história, como o trabalho escravo, o trabalho servil e o trabalho assalariado, no entanto, é impossível eliminar o trabalho da vida dos homens porque é a partir dele que ocorre a satisfação das necessidades que garantem a sua sobrevivência. Por isso, Marx destaca que “[...] o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. [...] o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade” (MARX, 2008, p. 942).

Para Lukács, o ser pode ser caracterizado a partir de três esferas: a inorgânica, a orgânica e a social. Por isso, a intervenção consciente do homem sobre a natureza possibilitou uma modificação na essência do ser biológico para ser social, de uma generidade muda para uma generidade-não-mais-muda. Em relação a esse salto<sup>2</sup> irreversível, o autor afirma que

Aqui se mostra um novo traço essencial da generidade-não-mais-muda frente àquela muda. Esta última está fundada biologicamente, por isso age imediatamente, sem necessidade de uma consciência mediadora. A generidade humana supera desde o início essa imediatidade, por isso necessita sempre de atos mediadores conscientes, para em geral poder funcionar. Essa separação do novo ser da objetividade natural se apresenta desde o início. Mesmo o mais insignificante instrumento, produto etc. do trabalho, desde logo possui um ser essencialmente social. [...] No próprio homem, o salto – mediado pelo trabalho e pela linguagem – para além da generidade muda (apenas biológica) não é mais reversível (LUKÁCS, 2010, p. 115).

---

2. Lukács (2013, p. 46) esclarece que “[...] todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, onde a fase inicial certamente contém em si determinadas condições e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver a partir daquela numa simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo, da nova forma de ser”.

Ainda nos *Prolegômenos*, Lukács indica que o trabalho estabelece a mediação entre o homem e natureza, entretanto, ele precisa de outras mediações para a sua realização, como a linguagem e a sociabilidade, assim como a própria ciência, que, apesar de sua aparente independência, está ontologicamente fundada no trabalho. Por isso, mais adiante, buscaremos evidenciar a relação de dependência e de autonomia relativa das práxis sociais em relação ao trabalho.

Assim, Lukács, fundamentado em Marx, afirma que “no trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo no ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social; parece, pois, metodologicamente vantajoso iniciar pela análise do trabalho [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 44). Essa forma de interpretar a realidade, muitas vezes classificada como “marxismo tradicional”, ou “clássico”, tem como foco explicitar os traços essenciais do ser social e trabalhar rigorosamente com as categorias teóricas que possibilitam indicar as características fundamentais das diferentes atividades humanas e o papel que elas exercem no mundo dos homens.

Na *Ontologia*, Lukács explica a categoria trabalho no sentido de se evitar uma análise mecanicista/esquemática sobre a ação do homem na sociedade.

Deste modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito — mesmo que através de mediações às vezes muito complexas —, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material. É claro [...] que não se deve exagerar de maneira esquemática esse caráter de modelo do trabalho em relação ao agir humano em sociedade; precisamente a consideração das diferenças bastante importantes mostra a afinidade essencialmente ontológica, pois exatamente nessas diferenças se revela que o trabalho pode servir de modelo para compreender os outros pores socioteleológicos, já que, quanto ao ser, ele é a sua forma originária (LUKÁCS, 2013, p. 47).



Nesse excerto, Lukács esclarece que, ao tomarmos o modelo do trabalho em relação ao agir humano em sociedade, temos que levar em consideração tanto as afinidades quanto as diferenças, pois os pores socioteleológicos, como é o caso da educação, possuem especificidades que os caracterizam como dependentes e, ao mesmo tempo, autônomos. É nesse sentido que concordamos com a afirmação de Lukács de que “no trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que [...] constituem a essência do novo no ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 44).

Seguindo o percurso analítico proposto por Lukács, passaremos à apresentação das características essenciais do trabalho.

## O TRABALHO COMO MODELO DAS PRÁXIS SOCIAIS

Sabemos, pois, que a realização do trabalho tem como fundamento propulsor a satisfação de uma necessidade. Para tanto, a finalidade, ou seja, o objetivo da ação se apresenta como fio condutor do trabalho. Por isso, a teleologia regula e domina os meios, todavia, ela só pode adquirir realidade enquanto pôr. Isso quer dizer que a realização do pôr do fim requer o conhecimento da objetividade do real, o que implica na investigação dos meios mais adequados para a realização do pôr teleológico.

Nesse sentido, Lukács destaca a inseparável ligação das categorias de causalidade e teleologia; há, portanto, um entrelaçamento entre essas categorias, o qual pressupõe um adequado reconhecimento dos “nexos causais não homogêneos da realidade”. Todavia, Lukács (2013, p. 55) explica que “se houver erro a respeito deles no processo de investigação, nem sequer podem chegar a ser – em sentido ontológico – postos; continuam a operar de modo natural e o pôr teleológico se suprime por si mesmo, uma vez que, não sendo realizável, se reduz a um fato de consciência que se tornou impotente diante da natureza”.

O autor esclarece que há uma diferença substancial entre o pôr em sentido ontológico e o pôr em sentido gnosiológico. Assim, o pôr teleológico deve captar corretamente o seu objeto, ou seja, deve apreender a natureza em seu ser-em-si. Todavia, há que se considerar que, de acordo com Lukács (2013, p. 56), “[...] todo processo natural

tem uma infinidade intensiva de propriedades, de inter-relações com o mundo que o circunda [...]”, indicando a necessidade de um conhecimento, mesmo que aproximado do real. Essa relação dialética entre teleologia e causalidade evidencia que, quanto mais se conhece os nexos causais que caracterizam a realidade, tanto mais será possível a realização, com sucesso, do pôr teleológico. Sendo assim, a subordinação dos meios em relação aos fins é mais complexa do que pode parecer, na medida em que se faz necessário certo estágio de conhecimento da natureza para que o pôr do fim não permaneça como “um mero projeto utópico”, puramente gnosiológico.

Sobre isso Lukács (2013, p. 57) enfatiza:

Uma vez que a investigação da natureza, indispensável ao trabalho, está, antes de tudo, concentrada na preparação dos meios, são estes o principal veículo de garantia social da fixação dos resultados dos processos de trabalho, da continuidade na experiência de trabalho e especialmente de seu desenvolvimento ulterior. É por isso que o conhecimento mais adequado que fundamenta os meios (ferramentas etc.) é, muitas vezes, para o ser social, mais importante do que a satisfação daquela necessidade (pôr do fim).

Diante disso, é importante frisar que a investigação dos processos da natureza precede, de algum modo, o pôr da causalidade na criação dos meios necessários à realização do fim, indicando a gênese da ciência, a qual surge da consciência prática na cotidianidade, fazendo com que a consciência humana, com o trabalho, deixe de ser um epifenômeno. Desse modo,

Somente no trabalho, no pôr do fim e de seus meios, com um ato dirigido por ela mesma, com o pôr teleológico, a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente – o que é comum também àquelas atividades dos animais que transformam objetivamente a natureza de modo involuntário – e executa na própria natureza modificações que, para os animais, seriam impossíveis e até mesmo inconcebíveis (LUKÁCS, 2013, p. 63).

O materialismo histórico-dialético se configura, portanto, como um *tertium datur*<sup>3</sup> em relação à determinadas concepções clássicas, ou seja, supera a visão idealista hegeliana do sujeito-objeto idêntico, assim como o materialismo estruturalista que separa, de forma absoluta, o sujeito e o objeto, tomando a consciência como um resultado passivo do mundo material (LESSA, 2012).

A dualidade entre sujeito e objeto, ou seja, a dissociação entre o homem e a natureza, que ocorre por meio do trabalho, possibilitou a saída do homem do mundo animal. Há, pois, objetos que existem independentemente dos sujeitos, assim como há sujeitos que, por meio da consciência, figuram os objetos com um determinado grau de aproximação. O espelhamento da realidade, na consciência, foi imprescindível para a realização do trabalho, todavia, é importante ter claro que “no espelhamento da realidade a reprodução se destaca da realidade reproduzida, coagulando-se numa ‘realidade’ própria na consciência.” Essa realidade reproduzida jamais será igual a realidade em si, pois é apenas uma nova forma de objetividade, por isso, no plano ontológico, “[...] o ser social se subdivide em dois momentos heterogêneos, que do ponto de vista do ser não só estão diante um do outro como heterogêneos, mas são até mesmo opostos: o ser e o seu espelhamento na consciência”. (LUKÁCS, 2013, p. 66).

No processo do trabalho, o espelhamento da realidade na consciência é fundamental para o planejamento da ação. Por isso, a prévia-ideação é o momento em que o resultado do trabalho é projetado na consciência e, embora seja um momento de abstração, possui objetividade, pois está assentada na própria realidade e adquire um caráter de possibilidade. Entretanto, para que o pôr do fim seja corretamente orientado, se faz necessária a escolha da melhor, ou das melhores alternativas, para a realização do trabalho. Assim, “a alternativa, que também é um ato de consciência, é, pois, a categoria mediadora com cuja ajuda o espelhamento da realidade se torna veículo do pôr de um ente”. (LUKÁCS, 2013, p. 73).

A escolha da alternativa mais adequada para a realização do trabalho indica a importância da liberdade dos homens na produção da sua própria história. Obviamente, não se trata de uma liberdade abstrata, mas

---

3. De acordo com Lessa (2012), o *tertium datur*, na obra de Lukács, significa uma terceira alternativa entre dois extremos clássicos da filosofia (idealismo hegeliano e materialismo estruturalista).

de decisões calcadas em circunstâncias concretas, por isso, há uma relação dialética entre a categoria liberdade e necessidade.

Lukács (2013, p. 75-76) enfatiza que “[...] a racionalidade depende da necessidade concreta que aquele produto singular deve satisfazer. Essa satisfação da necessidade e também as representações acerca dela são, desse modo, componentes que determinam a estrutura do projeto, a seleção e o agrupamento dos pontos de vista, tanto quanto a tentativa de espelhar corretamente as relações causais da realização.” Isso significa, para o autor, o desenvolvimento de uma racionalidade concreta que leva em consideração o nexo “se...então”. Assim, a alternativa é uma “[...] decisão de um homem concreto (ou de um grupo de homens) a respeito das melhores condições de realização concretas de um pôr concreto do fim” (LUKÁCS, 2013, p. 76).

A alternativa se coloca, portanto, como categoria mediadora entre a passagem da possibilidade à realidade. É por isso que o sujeito precisa levar em consideração os nexos causais do mundo objetivo, ou seja, o conjunto de relações e determinações pré-existentes na realidade, sem desconsiderar, todavia, que a própria causalidade é perpassada por momentos de casualidades, as quais somente serão possíveis de serem conhecidas no momento da objetivação da prévia-ideação. Em relação às casualidades, Lukács (2013, p. 146) afirma que no trabalho:

[...] não é negligenciado o papel do acaso, tanto no sentido positivo como no negativo. A heterogeneidade ontologicamente condicionada do ser natural implica que toda atividade se entrecruze continuamente com contingências. Para que o pôr teleológico se realize de fato, é preciso que o trabalhador preste continuamente atenção a elas. Isso pode acontecer num sentido negativo, quando sua atenção é orientada a eliminar, compensar, tornar inócuas eventuais consequências de contingências desfavoráveis. Mas pode também acontecer em sentido positivo, quando constelações contingentes estão em condições de aumentar a produtividade do trabalho. Até mesmo no estágio mais elevado do domínio científico sobre a realidade são conhecidos casos de acontecimentos contingentes que resultaram em descobertas

importantes. Pode até ocorrer que situações – contingentemente – desfavoráveis se tornem ponto de partida de obras grandiosas.

A conversão da prévia-ideação em realidade implica sempre na transformação dessa; nesse aspecto, a subjetividade é objetivada, o que é o mesmo que objetividade subjetivada<sup>4</sup> (causalidade posta), pois houve a transformação da objetividade pelo sujeito. Para tanto, é necessário que ocorra a exteriorização, a qual corresponde ao momento em que a subjetividade se defronta com a objetividade e exterioriza aquilo que ideou previamente, por meio de sua ação.

Lessa (2012, p. 40) destaca que “[...] sem exteriorização/objetivação não há vida social, portanto não há sujeito. Ser humano, para Lukács, significa uma crescente capacidade de objetivar/ exteriorizar, isto é, transformar o mundo segundo finalidades socialmente postas.” Assim, a objetivação é o momento concreto de realização da síntese entre teleologia e causalidade e é nesse processo que o homem transforma a natureza e, ao mesmo tempo, transforma-se, pois desenvolve novas habilidades, as quais, na sua gênese, lhe possibilitaram superar a mera condição de ser natural para ser social, gerando uma nova realidade tanto objetiva quanto subjetiva. Os resultados do trabalho não afetam somente a realidade imediata, já que são generalizados ao conjunto da sociedade, promovendo, incessantemente, o devir-humano dos homens. Desse modo,

Na medida em que as experiências de um trabalho concreto são utilizadas em outro, ocorre gradativamente sua –relativa– autonomia, ou seja, a fixação generalizadora de determinadas observações que já não se referem de modo exclusivo e direto a um único procedimento, mas, ao contrário, adquirem certa generalização como observações de eventos da natureza em geral. São essas generalizações que formam os germes das futuras ciências, cujos inícios, no caso da geometria e da aritmética, se perdem em um passado remoto. Mesmo sem que se tenha uma clara consciência disso, tais generalizações apenas iniciais já contêm princípios decisivos de futuras ciências autenticamente autônomas (LUKÁCS, 2013, p. 86).

---

4. Expressões utilizadas por Chasin (2009, p. 98).

As generalizações dos conhecimentos e das habilidades que o homem desenvolveu, a partir do trabalho, promoveram a contínua reprodução da sociedade e o desenvolvimento das ciências. Por isso, consideramos que a descrição do trabalho é imprescindível para a análise da sua relação com categorias extremamente complexas e derivadas, como é o caso da educação. Na seção seguinte do capítulo, abordaremos a educação como práxis social que tem como fundamento o trabalho.

## **A EDUCAÇÃO COMO PRÁXIS SOCIAL**

Conceber a educação em seu sentido ontológico é relevante para a compreensão do seu papel na sociedade, independentemente de um determinado período histórico. Tal exercício de abstração é importante para que tenhamos claro o limite da educação, na forma capitalista de sociabilidade, mas, também, as suas possibilidades.

Quanto a isso Lukács (2013, p. 83) afirma que:

Mais importante, porém, é deixar claro o que distingue o trabalho nesse sentido das formas mais desenvolvidas da práxis social. Nesse sentido originário e mais restrito, o trabalho é um processo entre atividade humana e natureza: seus atos estão orientados para a transformação de objetos naturais em valores de uso. Nas formas ulteriores e mais desenvolvidas da práxis social, destaca-se em primeiro plano a ação sobre outros homens, cujo objetivo é, em última instância – mas somente em última instância –, uma mediação para a produção de valores de uso.

Para o autor, as formas mais desenvolvidas de práxis social, as quais envolvem o intercâmbio com outros homens, podem ser consideradas como uma segunda forma de posição teleológica em que o fim posto é imediatamente finalidade de outras pessoas. Por isso, Lukács (2013, p. 83) considera que “[...] o objeto do pôr secundário do fim já não é algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano”.

Assim, a educação, a linguagem, a política etc. não são trabalho (na perspectiva ontológica), pois não possuem como objetivo a transformação

direta da natureza<sup>5</sup>, já que a função que tais atividades exercem na complexidade social é diferente do trabalho.

Sobre isso Lukács (2013, p. 45) enfatiza:

No entanto, é preciso sempre ter claro que com essa consideração isolada do trabalho aqui presumido se está efetuando uma abstração; é claro que a socialidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem etc. surgem do trabalho, mas não numa sucessão temporal claramente identificável, e sim, quanto à sua essência, simultaneamente. O que fazemos é, pois, uma abstração *sui generis*; do ponto de vista metodológico há uma semelhança com as abstrações das quais falamos ao analisar o edifício conceitual de *O Capital* de Marx.

A partir da relação entre o trabalho e outras dimensões da vida em sociedade, Tonet e Nascimento (2009) explicam que há uma dependência ontológica (em relação ao trabalho), mas também uma autonomia relativa. A dependência ontológica significa que o trabalho é a raiz a partir da qual surgem as outras dimensões, todavia, elas não são uma emanação direta do trabalho, nem mesmo inferiores ou superiores a ele.

Em relação a essa questão, Lukács (2013) afirma que entre o trabalho como modelo e a práxis social, com suas variantes mais complexas, há uma relação de “identidade de identidade e não identidade”. Assim, a essência ontológica do dever-ser no trabalho está dirigida para o sujeito que trabalha, o qual está intensamente determinado pela objetividade. Sendo assim, a subjetividade desempenha um papel auxiliar, pois as capacidades do sujeito são mobilizadas e orientadas para o exterior (transformação do objeto natural através do trabalho). Já nas formas da práxis mais desenvolvida, a subjetividade assume um papel diferente, pois

---

5. Não podemos esquecer que o homem também é natureza, na medida em que se constitui como ser orgânico, no entanto, isso não representa a essência do ser social. Lukács (2013, p. 98) esclarece que “[...] na determinidade normal biológica, causal, portanto tanto nos homens quanto nos animais, surge um desdobramento causal no qual é sempre inevitavelmente o passado que determina o presente. [...] O pôr de um fim inverte [...] esse andamento: o fim vem (na consciência) antes da sua realização e, no processo que orienta cada passo, cada movimento é guiado pelo pôr do fim (pelo futuro)”.

[...] o fim teleológico é o de induzir outros homens a pores teleológicos que eles mesmos deverão realizar, a subjetividade de quem põe adquire um papel qualitativamente diferente e, ao final, o desenvolvimento das relações sociais entre os homens implica em que também a autotransformação do sujeito se torne um objeto imediato de pores teleológicos, cujo caráter é um dever-ser (LUKÁCS, 2013, p. 105).

É importante frisar, contudo, que estamos utilizando a categoria trabalho e a educação sem considerar nenhuma forma histórica específica, pois, se fôssemos abordar a atividade do professor, por exemplo, na sociedade capitalista, poderíamos considerá-la como trabalho abstrato, já que tem como foco central, predominantemente, a produção de valor de troca. No entanto, o nosso objetivo, neste capítulo, é analisar a educação como uma práxis social que tem como fundamento o trabalho, a qual possui uma função social ontologicamente distinta desse.

O rigor na utilização de tais categorias (trabalho e trabalho abstrato) contribui para se evitar confusões, especialmente a desconsideração do papel distinto de cada um deles na história do ser social.

A partir dessa consideração, destacamos que a educação, em seu sentido ontológico, é uma práxis social, uma vez que diz respeito ao intercâmbio entre homem e homem e não entre homem e natureza. Assim, o pôr teleológico não ocorre orientado para um objeto natural, mas para a consciência de um grupo humano, sendo, portanto, um pôr secundário do fim.

Em que pese tais questões, os elementos essenciais que caracterizam o trabalho também estão presentes na educação, já que a teleologia, a causalidade, a objetivação e a generalização são momentos essenciais na caracterização dessa.

O processo educativo em geral pressupõe, portanto, uma finalidade para a satisfação de uma necessidade, a qual requer um momento de planejamento, de prévia-ideação. No entanto, a prévia-ideação está determinada pela causalidade, ou seja, constitui-se a partir da objetividade, pois não é uma mera idealização do futuro, desvinculado do presente, com suas condições de possibilidade e não possibilidade.

Nesse processo, quanto mais o sujeito conhece a realidade, tanto maior será a probabilidade de o pôr socioteleológico se realizar



adequadamente. A escolha das melhores alternativas, pelo sujeito, indica que o fenômeno da liberdade se faz presente na realização da educação como práxis social. Para Lukács (2013, p. 138), “[...] a liberdade é aquele ato de consciência que dá origem a um novo ser posto por ele”.

Desse modo, fica evidente a concepção ontológico-genética, em que a liberdade consiste como momento da realidade, por isso, a realidade estará sempre presente, mesmo num momento de abstração. Há que se considerar que a liberdade busca transformar a realidade, mesmo que, em determinadas circunstâncias, busca-se a sua mera conservação.

Considerando-se que o fim esteja orientado para a transformação da consciência de outro homem, temos que ter clareza que, no processo da exteriorização, há sempre um relativo desconhecimento da realidade, uma vez que essa está marcada por contingências que são imprevisíveis no ato da prévia-ideação. Assim, a prévia-ideação e a objetivação são ontologicamente distintas, pois a captura das determinações da realidade, pela subjetividade, é sempre aproximada, já que o conhecimento da objetividade não é um reflexo absoluto e completo, indicando, pois, a não identidade entre sujeito e objeto.

Isso evidencia que há uma indissolúvel relação entre determinada e liberdade e não uma oposição entre necessidade e liberdade. Lukács (2013, p. 139) afirma que

É fácil ver como a própria vida cotidiana coloca ininterruptamente alternativas que aparecem de forma inesperada e, com frequência, têm que ser respondidas de imediato sob pena de ruína; uma determinação essencial da própria alternativa consiste em que a decisão deve ser tomada sem que se conheçam a maioria dos componentes, a situação, as conseqüências etc. No entanto, mesmo assim permanece contido um mínimo de liberdade na decisão; também nesse caso – como caso-limite – trata-se sempre de uma alternativa, e não de um fato natural determinado por uma causalidade puramente espontânea.

Sabemos que o intercâmbio entre homem e homem, como é o caso da educação, é mais suscetível de acasos, fazendo com que, na

visão de Lukács (2013), seja necessário retroagir qualitativamente sobre a própria alternativa. Por isso, para o autor, o papel do acaso pode ser tanto positivo quanto negativo. O sentido negativo acontece quando a atenção deve ser orientada para eliminar ou compensar as eventuais consequências desfavoráveis das contingências. No sentido positivo, os acontecimentos contingentes podem resultar em descobertas importantes que impulsionam o desenvolvimento do conhecimento. Diante disso, destaca-se que a escolha “[...] de alternativas para o ser social depende do valor, ou melhor, do complexo respectivo das possibilidades reais de reagir praticamente ante a problematicidade de um *hic et nunc histórico-social*” (LUKÁCS, 2013, p. 123).

Desse modo, a alternativa considerada correta ou incorreta não é determinável em termos puramente cognitivos, pois os valores possuem uma gênese ontológica. “Com efeito, é claro que, uma vez surgidas as sociedades de classes, qualquer questão pode ser resolvida em direções diversas: depende do ponto de vista de classe a partir do qual se busca a resposta para o dilema”. (LUKÁCS, 2013, p. 152). De acordo com Lukács, o homem que age de modo prático na sociedade deve procurar transformar o curso das coisas, as quais são independentes da sua consciência. Todavia, deve conhecer a essência da realidade para poder imprimir-lhe a marca da sua vontade. “Isso é, no mínimo, o que toda práxis social razoável tem de extrair da estrutura originária do trabalho” (LUKÁCS, 2013, p. 151).

A objetivação, na educação, se dá pelo pôr do fim, a partir da relação entre teleologia e causalidade, gerando, pois, um processo de generalização dos novos conhecimentos e habilidades para o conjunto da sociedade. Por isso, o conhecimento desenvolvido numa situação singular pode ser útil em diferentes circunstâncias e se tornar patrimônio da humanidade. Assim como o trabalho, toda práxis social cria, continuamente, o novo, tanto subjetiva quanto objetivamente, o qual deve ser generalizado como forma de preservar e aperfeiçoar a sociedade.

Desse ponto de vista, a educação tem a função social de possibilitar a apropriação, pelos homens, das objetivações genéricas da humanidade. Além disso, no processo educativo, surgem novos conhecimentos e habilidades que poderão contribuir no aprimoramento do

processo de autoconstrução humana. Sobre a educação, Tonet (2007, p. 65) sintetiza:

Resumindo, podemos dizer que a natureza essencial da atividade educativa consiste em propiciar ao indivíduo a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos etc. que se constituem em patrimônio acumulado e decantado ao longo da história da humanidade, contribuindo, assim, para que o indivíduo se construa como membro do gênero humano e se torne apto a reagir face ao novo de um modo que contribua para a reprodução do ser social, que se apresenta sempre sob uma determinada forma particular.

Sabemos, no entanto, que essa natureza essencial da educação vai sendo descaracterizada ao longo da história da humanidade, sobretudo, pelo papel que ela desempenha nas sociedades de classes que, ao contrário de promover o desenvolvimento das potencialidades humano-genéticas, assume o papel de frear tais potencialidades. Na visão de Lukács (2013, p. 178),

[...] a problemática da educação remete ao problema sobre o qual está fundada: sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado. O fato de essa intenção se realizar – parcialmente – de modo ininterrupto ajuda a manter a continuidade na mudança da reprodução do ser social; que ela, a longo prazo, fracasse – parcialmente – de modo igualmente ininterrupto constitui o reflexo psíquico não só do fato de essa reprodução se efetuar de modo desigual, de ela produzir constantemente momentos novos e contraditórios para os quais a educação mais consciente possível de seus fins só consegue preparar insatisfatoriamente, mas também do fato de que, nesses momentos novos, ganha expressão – de modo desigual e contraditório – o desenvolvimento objetivo em que o ser social se eleva a um patamar superior em sua reprodução.

Nesse excerto, observamos o papel contraditório da educação, pois promove a reprodução do ser social<sup>6</sup>, mas, também, a sua elevação a um patamar superior (dialética da continuidade e mudança). Não há, desse modo, neutralidade nos processos educativos, por isso, Lukács (2010) alerta para o fato de que é necessário que o homem, por determinadas decisões, assuma posição sobre como imagina o presente e o futuro da sociedade.

A construção de um futuro diferente só é possível a partir do seu delineamento no presente, o que requer, no processo educativo, clareza dos fins para a escolha adequada dos meios para a construção de uma sociabilidade verdadeiramente humana, a qual pressupõe a superação da exploração de uma classe sobre outra.

Diante do que expusemos até aqui, podemos concluir que a totalidade social é, de acordo com Lukács (2013), um complexo de complexos, ou seja, é uma síntese de complexos (educação, direito, arte etc.) que, na medida em que se desenvolve, exige indivíduos mais complexos. Nesse sentido, a educação é um complexo social parcial no conjunto da complexidade social e se constituiu como um complexo socialmente espontâneo<sup>7</sup>, pela generalização dos conhecimentos e habilidades que surgiram a partir do trabalho, tendo, pois, uma presença universal na história humana. Sendo assim, a educação (assim como a linguagem) é uma mediação indispensável à todas as atividades sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo procuramos analisar os elementos essenciais do trabalho como mediação entre homem e natureza, o qual possibilitou o salto ontológico do ser orgânico para o ser social. A partir dele, abordamos a

---

6. Referimo-nos à reprodução social em sentido positivo, ou seja, como condição para a manutenção do mundo dos homens.

7. Para explicitar melhor, daremos um exemplo diferente, com base em Lessa (2012). O Direito é um complexo social particular porque surgiu nas sociedades de classes, portanto, não é um complexo socialmente espontâneo e não tem uma presença universal na história como a educação, a linguagem e a sociabilidade.

educação como práxis social que tem o trabalho como modelo, destacando, no entanto, a função social distinta de cada um deles.

Essa distinção, para a ontologia de Lukács, é da maior importância. Significa, acima de tudo, que o ser social pode existir e se reproduzir apenas em uma contínua e ineliminável articulação com a natureza. Desse modo, o trabalho é uma categoria sempre presente no mundo dos homens, assim, a liberdade só pode começar, conforme indicação de Marx, a partir do momento em que damos conta da esfera da necessidade, independentemente da forma de organização social em que estejamos vivendo. Nesse sentido, o reino da liberdade só pode começar onde termina o reino da necessidade, ensina Marx, o que significa a necessidade de redução da jornada de trabalho.

Além disso, demarcar a distinção ontológica entre trabalho e educação é importante para que possamos entender que, na sociedade de classes, o sujeito revolucionário é aquele que produz aquilo que é necessário à vida humana.

No entanto, na sociedade capitalista, ao lado dos proletários, existe um conjunto de outros assalariados que exercem funções sociais distintas, entretanto, não têm a mesma força que os proletários para uma efetiva transformação das relações sociais de produção (LESSA; TONET, 2012, p. 39). Isso não quer dizer que os outros assalariados não contribuirão no processo revolucionário de transformação social, todavia, há limites pela função social que exercem (no caso dos professores, por exemplo), já que não produzem diretamente a riqueza necessária à manutenção da vida humana. É possível que os assalariados, de um modo geral, unam-se nas lutas comuns com os trabalhadores que exercem o intercâmbio entre homem e natureza, mas terão algumas limitações no processo de transformação social.

Destacamos, neste capítulo, que o trabalho e a educação, ontologicamente considerados, são essencialmente positivos, pois o primeiro possibilitou o salto do ser biológico para o social, já que se constituiu como mediação que, além de possibilitar a reprodução da existência biológica, promoveu o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades que contribuiu para o desenvolvimento do mundo dos homens. Tais conhecimento e habilidades foram sendo generalizados para o conjunto da sociedade, e, na medida em que essa foi se complexificando, a educação foi assumindo um papel cada vez mais relevante no processo de

transmissão e apropriação de conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos necessários para uma efetiva realização das potencialidades humano-genéricas.

Por isso, compreender o trabalho e a educação, na sua essência, é importante para que se tenha clareza dos limites e possibilidades de cada um no processo de transformação radical da sociedade, bem como as suas mudanças históricas nas diferentes sociedades de classes.

## REFERÊNCIAS

CHASIN, J. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2012.

LESSA, S.; TONET, I. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. L III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 4. reimp. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. L I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TONET, I. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

TONET, I.; NASCIMENTO, A. **Descaminhos da esquerda**: da centralidade do trabalho à centralidade da política. São Paulo: Alfa-Omega, 2009.